



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI

Rua Coronel Pires, nº 826 - Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

1 **Ata nº482/2021.** Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove
2 horas e oito minutos, foi realizada a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos
3 Direitos da Criança e do Adolescente, presencialmente, no salão do Centro da
4 Juventude, situado na Rua João Stoklos, s/n – Centro. Conselheiro presente na
5 reunião: Denis Cezar Musial. Representando o Conselho Tutelar, Antônio Ademir
6 Alves Carneiro, Thiago Vinicius Mattoso Gorte, Ederli Gritlet, Sonia Mara da Rocha,
7 Mari Del Sol Lopes Mufato. Representando o NEDDIJ de Irati, Guilherme Hamad;
8 Representando a Guarda Municipal de Irati, Averaldo Lejambre; representando o
9 CREAS de Irati, Claudia Bonete; Representando a 1ª Promotoria de Justiça, o Doutor
10 Eduardo Ratto Vieira; representando o Núcleo Regional de Educação, Cristiane
11 Santos. Registra-se a presença da estagiária da Casa dos Conselhos, Valéria Ruppel
12 Jatzek. O presidente Denis Cezar Musial inicia a reunião cumprimentando e
13 agradecendo a presença todos, e após, apresenta as pautas de discussão, passando
14 a palavra para o Colegiado do Conselho Tutelar. Ademir fala que é preciso discutir
15 essas pautas, para antes de tudo melhorar o atendimento ao usuário, saber quando e
16 onde o encaminhar e definir os papéis de cada entidade. Thiago comenta que
17 perceberam que os atendimentos se dividem em duas partes, no sentido protetivo e
18 no sentido criminal; fala que a parte protetiva está fluindo bem, com as outras
19 entidades e a escuta especializada, mas na parte criminal estão tendo dificuldade;
20 informa que já houve uma conversa com o Ministério Público e estão conseguindo
21 um fluxo bom; e que entende que o Conselho Tutelar pode servir como porta de
22 entrada, porém em muitos casos atendidos, o colegiado entrou em consenso que
23 esses casos são trabalho da Polícia, dando a entender que após o primeiro contato
24 devem contatar o Conselho Tutelar, antes de qualquer outro serviço. Mari aponta que
25 isso se torna perigoso, porque o Conselho Tutelar não tem preparação para lidar com
26 isso, já que podem encontrar situações de violência e não têm nenhum tipo de
27 proteção, como colete balístico. Ademir cita casos e situações em que o Conselho
28 Tutelar atendeu; inclui que às vezes parece que as entidades entendem que toda
29 situação envolvendo a criança, o Conselho Tutelar deve assumir a responsabilidade.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua Coronel Pires, nº 826 - Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

30 Eduardo pergunta se o colegiado já conversou com a equipe da Polícia para falar
31 sobre essa situação, e Thiago responde que ainda não tiveram a oportunidade.
32 Eduardo fala que isso seria o ideal, porque tudo o que eles estão compartilhando é
33 importante e devem repassar esses pensamentos às outras entidades, articulando o
34 trabalho para próximas situações; inclui que na prática é muito dinâmico, sendo difícil
35 identificar no momento quais são as demandas do caso, porém se realmente é uma
36 situação de risco ou não, cabe aos serviços do Conselho Tutelar, conversar com as
37 entidades para definir o papel de cada um. Thiago fala que pretendem conversar
38 individualmente com cada órgão, trazendo estas demandas e situações para a
39 discussão; inclui que não encontram muitas dificuldades em trabalhar com a Polícia,
40 somente devem esclarecer o papel do Conselho Tutelar nos casos criminais. Denis
41 faz a sugestão de realizar uma formação de acordo com o que foi discutido em
42 reunião, porque às vezes os policiais podem ficar em dúvida ao atuar na área da
43 criança. Mari aponta a necessidade de discutir o papel da delegacia e o papel do
44 Conselho Tutelar, para conhecimento público; e relata uma experiência pessoal
45 relacionada ao atendimento. Thiago fala que este problema é enfrentado em outros
46 órgãos, como os bombeiros; inclui que acionam o Conselho Tutelar, falando que só
47 podem atuar na presença deles, porque é necessário ter um responsável legal;
48 argumenta que o primeiro passo seria atender o caso, e após encaminhado, acionar
49 o Conselho Tutelar. Eduardo fala que de acordo com os relatos apresentados,
50 aparenta que as entidades só podem trabalhar com casos na área da criança quando
51 o Conselho Tutelar está junto; inclui que é preciso conversar com as equipes para
52 falar que em alguns casos, eles devem encaminhar os casos de acordo com a
53 demanda e somente após isso, acionar o Conselho Tutelar, porque em casos como
54 de violência, o Conselho não tem a mesma preparação que a Polícia tem. Averaldo
55 questiona se esses problemas são encontrados com a Guarda Municipal; Thiago
56 responde que a única questão era com os atos infracionais, algumas vezes eles são
57 acionados, mas conversam com a equipe e se entendem. Eduardo aponta que essa
58 dificuldade de relacionar os papéis de cada equipe ocorre em outras entidades, mas



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI

Rua Coronel Pires, nº 826 - Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

59 é preciso conversar e articular essas questões. Thiago fala que outras dificuldades
60 encontradas são com os boletins de ocorrência, porque não conseguem o documento
61 no momento necessário; e na marcação do IML, porque o Conselho Tutelar acaba
62 fazendo a articulação com eles; mas são situações pontuais, que dificultam o trabalho.
63 Eduardo fala que todas essas situações devem ser conversadas com as equipes
64 responsáveis por essas demandas, para esclarecer o papel de cada entidade, saber
65 quando acionar o órgão e articular os serviços, para fluir o atendimento; inclui que
66 essa conversa é importante realizar com o Delegado. Cristiane fala que a própria
67 escola, as vezes tem dificuldade em saber quem acionar em alguns casos dentro da
68 instituição; inclui que com a Pandemia, o sofrimento emocional dos adolescentes
69 aumentou, causando reflexão nos profissionais, pois não sabem o que fazer ou para
70 quem encaminhar esses casos. Claudia acrescenta que não somente casos como
71 esse, mas no geral, os casos e denúncias aumentaram; inclui que é preciso conversar
72 com os profissionais, sobre a revelação espontânea. Após discussão, o colegiado do
73 Conselho Tutelar resolve por conversar individualmente com cada entidade, para
74 esclarecer os pontos citados dentro da reunião. Em continuidade, Thiago fala sobre
75 as ações de prevenção sobre uso de cigarros e bebidas alcoólicas em locais públicos;
76 fala que no Parque Aquático há adolescentes fazendo o uso de narguilé e bebidas
77 alcoólicas, e nas escolas os adolescentes fumam antes de entrar para a sala de aula;
78 inclui que sabem que o uso não é crime, porém é preciso fazer alguma ação para
79 sensibilizar os adolescentes das consequências, como exemplo, a Secretaria de
80 Comunicação ou o CMDCA realizar essas campanhas; além de notificar os
81 estabelecimentos que vendem, quatro já foram encaminhados para a Procuradoria,
82 solicitando a multa, e regularizando a entrada de adolescentes em evento. Denis faz
83 a sugestão de chamar todos os donos de estabelecimentos para conversar sobre essa
84 questão, como já foi realizado anteriormente. Thiago concorda, e fala que o problema
85 são as festas particulares que estão sendo realizadas, porque não tem como controlar
86 a entrada dos adolescentes. Averaldo conta que algum tempo atrás já havia pensado
87 em um projeto de lei proibindo o consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas em



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI

Rua Coronel Pires, nº 826 - Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

88 espaços públicos, mesmo que seja em pouca quantidade, com uma penalidade para
89 quem não cumprir a lei; e apresenta o documento aos presentes na reunião; fala que
90 já foi encaminhado ao jurídico, porém responderam que esse documento seria
91 trabalho do legislativo. Denis fala que existe uma lei proibindo o uso de bebidas
92 alcoólicas em espaços públicos, porém não sabe se tem a questão administrativa
93 incluída. Averaldo fala que a lei existe, mas não aplica a pena; Denis comenta que
94 devem fazer uma consulta das leis existentes e cobrar a regulamentação com base
95 nessas leis. Thiago faz a sugestão de pensar enquanto CMDCA, que o município
96 pense em uma política sobre o assunto discutido; fala também que existe uma lei da
97 portaria judicial da Vara da Infância de 2014, permitindo a entrada de adolescentes
98 acima de 15 anos, porém sem que possam consumir bebidas alcoólicas, mas na
99 prática isso não acontece; mas também há uma lei permitindo totalmente a entrada
100 de pessoas com menos de 18 anos nos estabelecimentos. Averaldo fala que deveriam
101 aplicar uma punição ao adolescente, quando ele fizesse o uso da droga pela primeira
102 vez, porque a partir da pena administrativa, o adolescente e os responsáveis pelo
103 mesmo, podem controlar e se conscientizar sobre isso. Guilherme fala que devem
104 pensar na questão da multa, se seria uma penalidade padrão, ou se iria variar de
105 acordo com a renda familiar, para ser justo com todos. Denis aponta que devem incluir
106 na discussão, os adolescentes emancipados. Cristiane e Claudia fazem a sugestão
107 de realizar grupos com adolescentes, para conscientizar sobre o uso de drogas, para
108 que eles sejam multiplicadores de conhecimento, pois um adolescente repassa a
109 informação ao outro. Após discussão, os presentes na reunião decidem por
110 encaminhar um ofício ao Doutor Dawber, para que o mesmo revise a portaria, com as
111 leis relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas pelos adolescentes e a permissão
112 da entrada dos mesmos nas casas noturnas e eventos, além de realizar campanhas
113 de sensibilização, junto à Comunicação sobre o assunto, enquanto CMDCA. Sem
114 mais assuntos a tratar, o presidente Denis Cezar Musial encerra a reunião
115 agradecendo a participação de todos. Eu, Valéria Ruppel Jatzek, lavrei a presente ata
116 com o término às dez horas e trinta e nove minutos, e assinei junto com o presidente.